

Nome do GT: GT-04 - Movimentos Sociais e Participação

Coordenadores: Euzeneia Carlos do Nascimento e Cristiana Losekann

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS JORNADAS DE JUNHO NO BRASIL.

Aloísio Krohling (UVV)¹

Moara Ferreira Lacerda (UVV)²

¹Universidade Vila Velha (UVV); E-mail: krohling@gmail.com,

²Universidade Vila Velha (UVV); E-mail: moara.lacerda@gmail.com.

Resumo

O presente trabalho visa apontar os principais desafios teóricos presentes no estudo dos novos movimentos sociais, tomando com base principal as manifestações de rua que ocorrem em junho no Brasil. Para tanto, a primeira parte da produção consiste em um estudo contextual, comparando os movimentos sociais clássicos com os novos movimentos sociais. A segunda parte faz uma análise crítica sobre as principais teorias aplicadas para a análise desses movimentos sociais. Já a terceira parte busca contribuir para a análise das manifestações de junho no Brasil, além de identificar os vazios teóricos ainda existentes para esse estudo e os principais questionamentos que faltam ser respondidos para que se tenha uma compreensão holística desse fenômeno histórico ocorrido no país. Para tanto, utilizaremos a metodologia histórico-dialética e partiremos pela compreensão de que os movimentos sociais tradicionais se diferenciam dos novos movimentos sociais começando pela realidade social diferenciada no qual eles se inseriam. No caso do Brasil, a Jornada de Junho apresentou uma extensa pauta reivindicatória, passando por demandas de melhorias

no transporte público, políticas públicas voltadas à mobilidade urbana, uma educação mais inclusiva e uma democracia mais representativa das reais necessidades e desejos da população. Neste último aspecto, foram mobilizados fortes questionamentos sobre a funcionalidade e legitimidade dos partidos políticos brasileiros o que levou ao surgimento do discurso anti-político e anti-partido. Enfim, as manifestações de junho foram demonstração de insatisfação sociopolítica e socioeconômica da sociedade brasileira. Elas surgiram de forma inesperada, surpreendendo atores políticos, a academia e a própria sociedade. Seu surgimento também fez nascer vários questionamentos sobre os movimentos sociais no Brasil, evidenciando as diversas lacunas que precisam ser direcionadas para a compreensão desse fenômeno no país.

Palavras-chave: Novos Movimentos Sociais; Jornadas de Junho no Brasil; Participação popular; Análise política.

Introdução

Os movimentos sociais despertaram entre pesquisadores várias teorias de análise política e vêm sendo objeto de estudo cada vez mais recorrente nas ciências sociais. Inserido em um contexto contemporâneo marcado por relações complexas e por constantes transformações, as teorias que buscam compreender esse objeto de estudo possuem o recorrente desafio de acompanhar essas transformações e capturar a essência do “como” os movimentos se constituem e se mantêm e do “por quê” do surgimento e da formação desses movimentos.

Tal desafio tornou-se ainda mais evidente a partir dos anos 1960 quando surge o que a academia denominou de “novos movimentos sociais”, sobre os quais as teorias clássicas apresentaram limitações analíticas. Por conseguinte, novas teorias foram estabelecidas visando explicar os movimentos sob diferentes ângulos de estudo. Não obstante, o desafio de compreender os movimentos sociais e suas implicações continua, sendo ressaltado pela ausência de um conceito consensual entre os pesquisadores sobre o que é um movimento social.

No ano de 2013 no Brasil, com o advento das jornadas de junho, isto é, as manifestações de rua que ocorreram por todo o país, o debate sobre novos movimentos sociais ganhou grande destaque na mídia e na academia brasileira na área das ciências sociais. A preocupação e a necessidade crescente de compreender esses movimentos (sua forma de origem, de organização, de mobilização, suas reivindicações e suas fases de ápice, declínio e desmobilização) não são decorrentes apenas das jornadas de junho no Brasil, mas da grande força que os novos movimentos sociais vem ganhando pelo mundo afora, como forma de manifestação sociopolítica.

A chamada “Primavera Árabe” do Oriente Médio e do Norte da África que teve início com as manifestações e protestos revolucionários na Tunísia, o movimento “Occupy Wallstreet” de 2011, as ocupações de rua no Brasil em 2013, a mobilização por fontes de energias limpas que ocorreu em setembro de 2014 por meio de chamada da comunidade online Avaaz, o “Occupy Central” em Hong Kong, todos esses movimentos fazem surgir novos questionamentos sobre o que são os novos movimentos sociais e quais os significados que eles carregam para a democracia no século XXI.

O presente trabalho visa, destarte, apontar os principais desafios teóricos presentes no estudo dos novos movimentos sociais, tomando como base principal as manifestações de rua que ocorreram em junho no Brasil no ano de 2013 – as quais denominaremos como Jornadas de Junho. Sendo assim, a primeira parte da produção realiza uma aproximação contextual, comparando os movimentos sociais clássicos com os novos movimentos sociais. A segunda parte faz uma análise crítica sobre as principais teorias aplicadas para o estudo desses movimentos sociais. Por fim, a terceira parte busca contribuir para a análise das manifestações de junho no Brasil, além de identificar os vazios teóricos ainda existentes para esse estudo e os principais questionamentos que faltam ser respondidos para que se tenha uma compreensão holística desse fenômeno histórico ocorrido no país.

1. O surgimento dos “novos movimentos sociais”

Os movimentos sociais tradicionais foram historicamente marcados pelo surgimento do processo de industrialização e a divisão da sociedade entre classes sociais. Se por um lado tínhamos a classe burguesa dominadora, por outro havia o operariado explorado. Como reações às condições precárias de trabalho e ausência de direitos, surgiram nos países de capitalismo avançado, no século XIX, movimentos de trabalhadores em massa reivindicando direitos trabalhistas. Os atores políticos no cenário da sociedade civil foram os operários e os sindicatos.

Esses movimentos eram geralmente analisados por uma perspectiva marxista, enfatizando, logo, o contexto pós-industrial e as identidades classistas que dividiam as sociedades. Tais movimentos ainda eram atuantes durante a primeira metade do século XX, expandindo-se para os países de industrialização tardia. Naquela época, os agentes sociais eram claramente identificáveis e determinados entre diferentes classes sociais e diferentes reivindicações ligadas à classe menos favorecida da cadeia econômica produtiva. Os baixos salários, condições precárias de trabalho, jornadas de trabalho exaustivas e limitações nas condições de consumo impulsionaram agentes sociais a reivindicarem melhores condições de vida.

As indústrias como principais atividades econômicas refletiam na organização da vida social das pessoas tornando a identidade dos agentes sociais facilmente categorizáveis seguindo sua estrutura social (LACLAU, 1986). Além disso, Laclau explica que no contexto da ocorrência dos movimentos sociais clássicos, o conflito era determinado em termos diacrônico-evolucionários. Isto é, não consistia em “conscientização dos agentes e sim, de um movimento subjacente da História” (LACLAU, 1986, s.p.) – que seria um movimento que busca ser força transformadora de uma formação social, realçando os conflitos existentes nas condições históricas vigentes.

Outra característica da época dos movimentos tradicionais que Laclau (1986) destaca como peça configurada dessa ação social é o fato da pluralidade dos conflitos sociais serem reduzidas a ponto de possibilitar uma politização do movimento e a concepção dos agentes sociais como representantes de interesses determinados. O que Laclau (1986) busca demonstrar é que essas três características identificadas como elementos essenciais do paradigma tradicional das Ciências Sociais ao estudar os agentes sociais (a fácil determinação das identidades, a atuação entorno de um conflito diacrônico-evolucionário e a representação de interesses) deixam de ser aplicáveis com o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”.

É, pois, somente a partir dos anos 1960 que o ambiente acadêmico começa a identificar movimentos sociais considerados como “novos”. Os novos movimentos sociais não são mais reduzidos à identificação de classes sociais. Como explica Laclau (1986), não é que a divisão da sociedade em classe esteja certa ou errada, ela simplesmente tornou-se insuficiente. Insuficiente para explicar os conflitos sociais e insuficiente para balizar as identidades dos agentes sociais. Nisso decorre que uma mudança macroestrutural no capitalismo, na segunda metade do século XX, teria alterado sua natureza centralizada no trabalho industrial (ALONSO, 2009).

Esses movimentos se inserem em um novo contexto determinado por uma modernidade cada vez mais veloz, inconstante e líquida, no qual as relações sociais e as identidades são fluidas, em processo de transformação efêmera (BAUMAN, 2001). Nesse espaço, os indivíduos sofrem processos de “desencaixe” e “reencaixe” (GIDDENS, 1991), a partir dos quais as identidades são rapidamente feitas e refeitas, com especial destaque à internet enquanto ferramenta indispensável para a divulgação e produção massiva de informação e, logo, processos de identificação.

Com identidades flutuantes e processos de identificações diversos, dificilmente um movimento social consegue ser representação de uma unidade de interesses, uma vez que os interesses e a pauta reivindicatória são múltiplos. O que o movimento continua a representar é a vontade de mudança, de alteração de uma formação social e da existência

de conflitos na formação social vigente. Logo, se a formação social é histórica e dinâmica, as características dos movimentos sociais também serão. Os movimentos sociais enquanto forças contestatórias acompanham a realidade socioeconômica e sociopolítica da esfera social na qual se inserem.

Nesse sentido, muitas são as modificações decorrentes da transição ocorrida no sistema econômico global de uma sociedade industrial para uma sociedade tecnológica. De fato, a orientação neoliberal à economia mundial, hegemônica com o Consenso de Washington, em 1989, permitiu que o mercado financeiro passasse a conduzir o comércio e não mais o mercado de produção. Por conseguinte, novos atores ganham destaque no cenário internacional e passam a ditar os rumos da produção mundial – as multinacionais. O Estado moderno perde o controle absoluto sobre as suas fronteiras cada vez mais fluídas ao capital e à informação tecnológica.

Isso tem produzido várias consequências no ambiente doméstico dos Estados modernos, afinal, como afirma Krasner (1999), um Estado que não controla suas fronteiras também não controla vários aspectos de seu ambiente interno. Para Giddens, o mundo cada vez mais global revela a diminuição na capacidade das instituições (Estado, nação, família, etc.) exercerem as “funções que são chamadas a desempenhar” (2007, p.28). São diversas as forças transnacionais que afetam a capacidade e soberania estatal e refletem na diminuição da segurança, qualidade de vida e/ou garantia dos direitos como: crime organizado, terrorismo, desastres ambientais, migrações forçadas e epidemias.

Além disso, os princípios neoliberais de Estado mínimo, mercado livre e diminuição de gastos sociais pelo governo, provocam uma verdadeira desvalorização e desamparo da esfera social. A individualidade e a competitividade neoliberal se sobrepõem à solidariedade coletiva. Para Anderson (2000), em termos de objetivos sociais, o neoliberalismo obteve êxito, uma vez que conseguiu promover uma sociedade cada vez mais desigual. Borón concorda e afirma que “o neoliberalismo produziu um retrocesso social muito pronunciado, com o agravamento das desigualdades em todos os lugares em que ele foi implementado” (1998, p.145).

Nesse contexto, destarte, os movimentos sociais passam a apresentar novas temáticas reivindicativas, novos atores políticos e novas formas de organização. Esses movimentos são também conhecidos como movimentos antiglobalização (SANTOS, 2011). Eles argumentam que a globalização é dual, pois produz efeitos positivos, mas também negativos, como a exclusão, a desigualdade, choques culturais e a dependência dos países do sul aos países do norte. Além disso, as reivindicações são também de ordem política, em defesa à democracia e aos direitos humanos que estariam sendo prejudicadas pela crise econômica e social da época.

Logo, seria nesse ambiente de mudanças econômicas, sociais, culturais e políticas que se amplia as temáticas reivindicatórias dos movimentos sociais. Temos a partir dos anos 1960 até o início do século XXI movimentos que tomam como causa o feminismo, os direitos humanos, o meio ambiente, o antirracismo, entre outros. Como bem afirmou Salvador Martí (2004), nota-se que os movimentos sociais são historicamente inseridos em uma consciência que acompanha o tempo e espaço no qual se inserem.

2. As teorias dos movimentos sociais

Pode-se classificar as teorias dos movimentos sociais em teorias clássicas e teorias contemporâneas. Na obra “Teoria dos movimentos sociais” de Gohn (2006), a autora agrupa 5 teorias como as clássicas nesse estudo. Essas seriam: a Escola de Chicago, as teorias das sociedades de massas, a abordagem sociopolítica, o funcionalismo e as teorias organizacionais-comportamentalistas. De forma geral, a característica em comum entre essas teorias é a busca pela compreensão do comportamento coletivo por meio de um enfoque sociopsicológico; já as limitações giram em torno do fato delas enxergarem os movimentos como respostas irracionais a determinados conflitos sociais (GOHN, 2006).

Já em seu livro “Novas teorias dos movimentos sociais” Gohn (2008) destaca 3 correntes teóricas para o estudo dos movimentos sociais, a saber: a histórico-estrutural, a culturalista-

identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista. A primeira corrente possui pilares no pensamento marxista e teve importância destacada na academia até os anos 1970 (Gohn, 2008). O foco principal dessa corrente era a luta de classe e os movimentos operários e sindicais. Entretanto, como vimos anteriormente, a delimitação dos conflitos sociais por meio do conceito de classes não é mais satisfatória para a compreensão da complexidade contemporânea.

Santos (2011), também, destaca que a abordagem marxista era uma das predominantes para as análises dos movimentos sociais clássicos. Segundo a autora, a partir de 1960, com o surgimento dos novos movimentos sociais, as teorias clássicas passaram por processos de críticas e revisão. As principais falhas seriam que o marxismo reduzia a compreensão dos movimentos como ações das classes trabalhadores dentro de um sistema de exploração capitalista da mão de obra. Não obstante, não se pode negar que a variável da desigualdade social do pensamento marxista e a consideração dos movimentos sociais como força reivindicatória continuam importantes peças no estudo dessa ação social coletiva.

Já a corrente culturalista-identitária, destacada por Gohn (2008), foi estruturada com contribuições de autores como Touraine, Melucci, Bobbio, Habermas e outros teóricos da Escola de Frankfurt. De acordo com essa autora (2008, p.29):

Esta corrente construiu a chamada novidade dos “novos movimentos sociais” ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros etc.

Uma das principais contribuições teóricas dessa corrente é justamente sua introdução de novas identidades, processos de identificação e demandas sociais influenciando nas ações sociais. Por fim, a última corrente identificada por Gohn (2008) – a institucional/organizacional-comportamentalista – foi construído, principalmente, com raízes no pensamento liberal dos séculos XVII e XVIII e no utilitarismo norte-americano e no pragmatismo ocidental. De forma geral, os principais teóricos dessa corrente estudam os movimentos sociais por um viés econômico ou sociopsicológica e consideram que os objetivos de um movimento são alcançados quando este se institucionaliza (GOHN, 2008).

A importância dessa corrente de pensamento, também, é evidenciada ao buscar compreender os interesses, recursos, formas de organização e desmobilização dos movimentos sociais na atualidade – mesmo que seja através de um enfoque mais econômico ou sociopsicológico. Logo, todas as 3 correntes apontadas por Gohn apresentam, de uma forma ou outra, contribuições para o estudo dos novos movimentos sociais, embora tenham ainda limitações analíticas.

Nesse sentido, Melucci (1989) considera a existência de dualismos nas análises teóricas dos movimentos sociais. O primeiro dualismo seria isolamento/solidariedade. Segundo o autor, as teorias que enfatizam o isolamento “considera a ação coletiva como resultado da crise econômica e desintegração social” (1989, p.50), todavia, acabam por reduzi-la a uma reação patológica à marginalidade. Já as teorias que destacam a solidariedade buscam analisar os movimentos através de interesses compartilhados por um grupo, mas não conseguem explicar como o movimento/ ator coletivo é formado e mantido.

O outro dualismo identificado por Melucci (1989) seria estrutura/motivação. O primeiro insere o movimento dentro de uma lógica sistêmica, já o segundo como produto de ideologias e valores dos indivíduos formadores da ação. É importante ressaltar que os dualismos, quando não abordados de forma excludentes, podem vir a ser complementares, permitindo análises mais completas sobre o objeto de seus estudos. Cada uma, não obstante, apresentam limitações as quais as novas teorias tentaram superar.

Algumas delas, trazidas por Melucci (1989), seriam as abordagens sistêmicas/estruturalistas de Touraine e Habermas e a teoria de mobilização de recursos de McCarthy e Zald – de acordo com Gohn (2008), a teoria de mobilização de recursos é decorrente de revisões críticas, nos anos 1960, das teorias institucionais do paradigma comportamentalista norte-americano, inserido na terceira corrente de pensamento que analisamos. Essas teorias, contudo, também possuem espaços analíticos vazios, uma vez que, os estruturalistas enfatizam o “por quê” dos movimentos sociais; já a teoria das

mobilizações de recursos, por outro lado, focalizam “como” os movimentos se organizam e se mantêm.

Para Angela Alonso, as novas teorias surgem uma vez que os novos movimentos não eram mais “voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la” (2009, p.51). Entre as teorias, a autora, assim como Melucci, destaca a teoria de mobilização de recursos e analisa, inclusive, a teoria do processo político e a teoria dos novos movimentos sociais.

Na explicação de Alonso (2009), a teoria de mobilização de recursos compara os movimentos sociais a uma firma, defendendo que eles seriam resultados de uma deliberação racional individual e só se concretizam se houver organização, recursos humanos e materiais. Em contrapartida, essa teoria é falha por não considerar nenhum elemento cultural ao movimento. A teoria do processo político, entre outras coisas, adiciona a cultura e a solidariedade à explicação dos movimentos. Essa teoria também argumenta que os movimentos só acontecem por meio de estruturas de mobilização de recursos e oportunidades políticas favoráveis. Não obstante, o que a teoria do processo política falha em considerar é que há casos em que a oportunidade política é criada pelo próprio movimento e não o contrário. Já a teoria dos novos movimentos sociais introduz uma explicação “efetivamente cultural para os movimentos sociais” (ALONSO, 2009, p.59), mas esquece dos elementos estruturais e racionais necessárias à mobilização.

Alonso (2009) também afirma que, em meio às críticas recorrentes de uma teoria à outra, embora haja novas formulações e conciliações teóricas, nenhuma consegue explicar e ser empiricamente aplicada de forma tão satisfatória que acabe ganhando destaque no meio acadêmico. Apesar de isso ser exemplo das limitações presentes nas teorias sobre os movimentos sociais, o debate teórico não deixa de ser um caminho importante a ser trilhado para alcançar melhores análises sobre os movimentos, inclusive para conseguir consensualmente distinguir um movimento social de um protesto e de uma manifestação, por exemplo.

Além dessa deficiência conceitual, outras falhas teóricas precisam ser superadas. Para Salvador Martí Puig (2004) ainda não há uma teoria capaz de satisfatoriamente explicar os impactos que os movimentos sociais provocam na sociedade e nas transformações sociais. Inclusive, o autor destaca veemente a falta de uma teoria para abordar os êxitos dos movimentos sociais e argumenta que, para avaliar os impactos desses grupos na sociedade, é necessário recorrer a uma hermenêutica analítica. A elaboração de uma teoria eficiente que consegue analisar os impactos dos movimentos sociais é de fundamental importância para melhor compreender como eles conseguem inserir novos temas na agenda política, produzir resultados simbólicos, interativos, institucionais e substantivos (PUIG, 2004).

Além das teorias aqui expostas, há várias outras que apresentam, concomitantemente, contribuições e limitações para o estudo dos movimentos sociais. Dessa forma, elas não devem ser vistas como excludentes ou concorrentes, porém complementares. Temos as teorias que enfatizam o aspecto estrutural do movimento e outras que dão destaque ao elemento motivacional; algumas enfatizam o contexto sistêmico e o “por que” de estes movimentos surgirem, outras a necessidade de mobilização de recursos, de oportunidade política, de solidariedade e identidade entre os membros e, portanto, o “como” o movimento se mantém, se organiza e se desintegra.

Nesse aspecto, Melucci (1989) argumenta que os movimentos precisam ser vistos como “sistemas de ação” e “personagens” atuantes no ambiente no qual se inserem, até mesmo para se conseguir compreender melhor o que seria um movimento social. Talvez essa seja a principal falha dessas teorias: o fato de que elas trabalham em cima de um conceito não consensual.

Partindo-se do pressuposto de Melucci, e com uma análise detalhada sobre alguns denominadores comuns presentes nas teorias dos movimentos sociais, pode-se destacar alguns elementos que marcam a formação dos movimentos sociais: 1) reivindicação por mudanças; 2) são personagens representantes da sociedade civil; 3) estão à margem do poder do estado; 4) a reivindicação é acompanhada por uma mobilização organizada através de um grupo unido por uma identidade coletiva.

É possível identificar esses elementos nos movimentos determinados como “tradicionais” (como os movimentos operários), assim como nos movimentos vistos como “novos movimentos sociais”, a saber: as Diretas Já; o movimento dos “caras pintadas”; o MST; o movimento feminista; o movimento ambientalista etc. Desta forma, considerando esses elementos e partindo do pressuposto de que o movimento social é um personagem/ator político e social, até que ponto pode-se falar de “novos movimentos sociais”? Isto é, o termo “novos movimentos sociais” se refere ao aparecimento de um novo ator ou é apenas uma referência a um mesmo ator político com mudança de pauta reivindicatória? Será que mudanças na forma de organização e alterações nas causas defendidas, que passam a ser mais simbólicas e pós-materialistas, são suficientes para superar os elementos em comum com os movimentos tradicionais e determinar a existência de um novo ator?

Com relação a esse questionamento, Calhoun (1995 apud ALONSO, 2009) elabora críticas pertinentes. Para ele, as características identificadas como novas aos movimentos a partir de 1960 sempre estiveram presentes nos movimentos anteriores, como: multidimensionalidade, aspectos culturais e simbólicos. Todavia, como os movimentos dos operários enfatizavam mais o aspecto econômico de sua ação coletiva este também passou a ser a ênfase analítica prestada pelos teóricos. Sendo assim, podemos considerar que não só os movimentos se adaptam ao tempo e ao espaço no qual se inserem, acompanhando os conflitos principais de sua época histórica, os analistas também acabam por realçar os aspectos que são considerados mais relevantes e inseridos na relação espaço-tempo da análise realizada.

Tendo isso em vista, e considerando que certos aspectos dos movimentos são mantidos ao longo dos anos (isto é, os quatro elementos anteriormente arrolados são mantidas ao longo dos anos), pode-se estabelecer a seguinte analogia: como uma árvore que possui o tronco imóvel e folhas que caem e renascem, o que muda com os movimentos atuais (as suas causas e forma de organização) seriam como as folhas, mas a base é a mesma. Logo, seria o ator “movimento social” o mesmo no decorrer da história, assim como a árvore não é outra pela simples renovação de suas folhas? Afinal, o ator “movimento social” é ainda

personagem da sociedade civil, à margem do poder do Estado, que se mobiliza em torno de uma identidade coletiva em busca por mudanças e melhorias. Não estamos aqui afirmando que sim, apenas possibilitando a abertura para o questionamento sobre a formação de um novo ator social pelos novos movimentos sociais ou não.

A discussão sobre o assunto é longa e imprescindível para o enriquecimento das teorias sobre os movimentos sociais. Qualquer avanço no debate acerca da existência ou não de novos atores/personagens sociais, expressas pelos chamados novos movimentos, é também, um passo adiante na caminhada para a construção de um conceito universal sobre um movimento social de forma geral.

3. As jornadas de junho no Brasil¹

Quem foi às ruas para se manifestar em junho de 2013? Dados estatísticos que possuímos revelam que a quase totalidade dos manifestantes (que chegaram à marca de 1,2 milhão no dia 20 de junho) foi composta por jovens (até 25 anos de idade), de classe média, sem qualquer experiência política anterior; 84% não têm preferência partidária e 71% nunca haviam participado de nenhuma manifestação de rua.

Essa movimentação social que chamamos de Jornadas de Junho foram articuladas por meio da comunicação em redes virtuais. Por meio das redes, encontramos uma característica peculiar das manifestações que se demonstra na ausência de uma liderança organizativa clássica (como partidos, associações estudantis, entidades de representação profissional, sindicatos e ONGS). A relação se dá pela afetividade entre os que convidam e os que aceitam.

Embora as demandas sejam variadas, a identificação compartilhada se dá pela inconformidade com a política e com as condições sociais do país. O inconformismo e o desvanecimento da confiança e da esperança depositadas nas instituições políticas (assim

¹ Parte da discussão dessa seção foi apresentada no FOMERCO, em Tocantins, 2013 com o título “As jornadas de junho no Brasil: novos atores políticos e reforma política”.

como na mídia) formaram duas características compartilhadas entre os indivíduos possibilitando a vontade mútua de manifestação: a concepção de ausência de representatividade pelos políticos e pelo próprio sistema e a esperança de que as mudanças seriam possíveis.

Manuel Castells (2013, p.12), ao analisar as grandes manifestações que ocorrem no mundo, desde a chamada Primavera Árabe, e identificar a ocorrência desse desvanecimento destacou a peculiaridade da ação horizontal em todas:

em todos os casos, os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da Mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões.

A horizontalidade marcante das Jornadas de Junho no Brasil foi elemento importante para a mobilização de tantos cidadãos reivindicando por melhorias em torno de demandas diversificadas, embora as manifestações tenham começado com demandas por melhorias no transporte público e diminuição das tarifas, com o movimento Passe Livre. A identificação comum necessária entre os indivíduos que formaram o movimento foi possível através da comunicação pela internet e pela organização horizontal, ao mesmo tempo em que as identidades e as demandas individualizadas mantiveram-se.

Além disso, a organização em rede permitiu que o movimento seja, ao mesmo tempo, local e global, pois, de acordo com Castelles, os movimentos “começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço publico ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet, mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro” (2013, p.161). O movimento no Brasil ganhou grande repercussão internacional, após gradualmente ganhar força no país, assim como ocorreu com o movimento “Occupy Wallstreet” e a Primavera Árabe. Manchetes de jornais internacionais como “The New York Times”, “BBC”, “El País”, “Le Monde” e “The Financial Times” destacavam a mobilização popular do Brasil.

A formação em rede foi uma característica peculiar desse ator político. Todavia, embora possa ser considerado um ator, ou na concepção de Melucci (1989) um personagem

político, o movimento social possui vida efêmera, se desfazendo ou posteriormente se formalizando em algo mais institucionalizado, como partidos políticos, associações ou ONGs. No caso do Brasil, o movimento social teve ascensão e declínio muito rápidos e não se institucionalizou. O que se questiona hoje é se a organização horizontal apenas acelerou o fim do movimento por falta de centralização das demandas e mobilização política ou se ela está possibilitando um adormecimento temporário das manifestações que apenas esperam por outro momento de visibilidade maior, como foi a Copa das Confederações em junho.

Além disso, as manifestações de junho tiveram um pluralismo de temáticas e reivindicações nunca antes vistas. Além do transporte público apontado anteriormente, demandas por melhorias na educação, serviços de saúde pública, segurança, investimentos em ações de sustentabilidade, promoção efetiva do combate à corrupção e outros temas foram todas expressas em cartazes feitas por aqueles que ocuparam as ruas. Temos, destarte, uma outra característica dos novos movimentos sociais na Jornada de Junho no Brasil, isto é, não apenas sua organização em rede, mas as suas demandas para melhoria da qualidade de vida coletiva. Tantas demandas demonstram a facilidade e flexibilidade de processos de identificação entre os manifestantes que não são mais delimitados em classes sociais, mas formados por grupos abrangentes com diversos interesses e valores compartilhados.

Reclamou-se que para a Copa das Confederações e para a Copa Mundial de futebol para 2014, o Brasil seguiu o padrão FIFA, o que não acontecia nos problemas urbanos e na solução dos problemas do transporte público, da saúde, da educação e outros setores. Os cartazes diziam: “Não bastam construirmos só estádios, precisamos de um país ao redor deles”; “trocamos 10 estádios por um hospital decente”. O chamado padrão FIFA entrou em contradição com o Brasil real do povo que morava nos seus arredores. Essa qualidade do padrão FIFA não corresponde com o dia a dia do povo que mora nas periferias das grandes cidades, assim como daqueles que moram em grandes centros que foram construídos na base da desorganização e falta de planejamento urbano.

Entre a diversificação da pauta, um dos fios condutores do movimento foi a identificação transversal a todas as demandas sociais que existia entre os manifestantes, a saber: o posicionamento dos indivíduos como anti-partido e anti-política, devido à falta de representatividade presente na democracia brasileira. Não obstante, se por um lado essa onda de sentimento comum de desconfiança e descrédito dos representantes políticos e dos partidos políticos nacionais promoveu a aproximação de brasileiros por todo o país, esse mesmo posicionamento pode ter fragilizado a efetividade das mudanças reivindicadas pelos manifestantes. Isso tendo em vista que se manteve o distanciamento entre os formadores da política e os reivindicantes, ou seja, entre quem está no poder e quem está fora do poder estatal.

Esse posicionamento contrário aos nossos líderes políticos e o sentimento de deslegitimidade da democracia representativa do país trouxe à tona uma antiga demanda da pauta política nacional: a necessidade de reforma política. A iniciativa da reforma política baseia-se na ideia de melhorar a representatividade de um sistema político emergido em uma lógica que valoriza os interesses de poucos em detrimento dos interesses coletivos e das demandas de muitos.

Essa discussão foi retomada no debate político para as eleições de 2014, porém, apenas superficialmente. A presidenta reeleita Dilma Rousseff discursa a favor de um plebiscito para realização da reforma política, mas a proposta dificilmente passará pelo Congresso Nacional. É um processo longo que, claro, exige planejamento, porém há algumas medidas importantes que poderiam ser estabelecidas em curto prazo e que trariam resultados visíveis. Algumas delas que foram objeto de demanda e debate durante as manifestações de ruas são: a proibição de financiamento empresarial para as campanhas eleitorais e a abolição do voto obrigatório no Congresso. Outras medidas são mais complexas e que, para garantir a efetividade do plebiscito, teriam que ser antecedidas por uma grande mobilização de esclarecimento e debate nacional. Sem dúvidas, todavia, o plebiscito fortaleceria a participação democrática brasileira e poderia servir para reconstruir a confiança da população em nossas instituições políticas.

As jornadas de junho, segundo informações repercutidas pela imprensa nacional, em seu dia de maior mobilização, levaram mais de 1 milhão de pessoas a protestarem nas ruas, em 388 cidades por todo o país, incluindo 22 capitais. A movimentação surgiu de forma rápida e inesperada, deixando as autoridades políticas surpresas e os cientistas sociais sem argumentações para explicar o ocorrido. Afinal, não foi apenas o sentimento de revolta e injustiça contra a ação policial violenta durante as manifestações iniciais ocorridas em São Paulo (de forma pacífica), deixando dezenas de pessoas feridas, que deu coragem às mobilizações de ruas posteriores. Outros fatores foram essenciais, mas quais? Por que a movimentação explodiu em junho de 2013 e não um mês antes ou depois?

Por outro lado, as jornadas foram perdendo força, também, de forma rápida, mas não inesperada. Com tanta visibilidade que a mídia progressivamente ia promovendo e dando às ocorrências de vandalismo e das ações do “Black Blocs” nas ruas, o movimento foi perdendo não apenas sua legitimidade, mas força de identificação perante a população civil. Logo, não foi apenas o medo provocado pelo aumento da violência e confrontos com a polícia que desmobilizou as jornadas, mas também a perda de identidade legítima perante o povo e a incapacidade do movimento em levar suas demandas às autoridades públicas para a concretização de soluções. Por conseguinte, podemos nos perguntar: será que a criminalização de alguns líderes das manifestações não foi a causa do afastamento destes novos atores políticos de Junho? Por que não se notou a luta pela cidadania nas eleições? As jornadas de junho tiveram algum impacto ou possuem alguma representação nas escolhas de certos candidatos políticos nas eleições como Tiririca, Bolsonaro, Pastor Feliciano a deputado federal? Houve amadurecimento da consciência política?

Ainda com relação à desmobilização das Jornadas de Junho podemos nos perguntar: será que a descentralização em rede horizontalizada, que permitiu uma maior abrangência e mobilização das massas das Jornadas de Junho, foi uma variável dual que, também, contribuiu para sua gradual perda de articulação? Como identificar e medir os reais impactos das jornadas na sociedade, na política e no país como um todo? Essas e demais perguntas ainda estão em aberta e que tornam cada vez mais difíceis de responder com o passar do tempo, tendo em vista que o movimento não teve institucionalidade, um local

concreto de organização. As jornadas de junho nasceram em meio ao povo, se organizou por meio das redes virtuais e desvaneceu em meio à sociedade.

Aqui conseguimos identificar as limitações nas novas teorias dos movimentos sociais expostas por Alonso. A teoria da mobilização não cabe satisfatoriamente à análise uma vez que reduz um movimento social como acontecimento predominantemente racional sem considerar os elementos emocionais que levaram à mobilização da sociedade brasileira. Já a teoria do processo política enfatiza a presença de oportunidades políticas favoráveis ao acontecimento da ação coletiva. Contudo, talvez no caso do Brasil e demais movimentos que vem ocorrendo no mundo no século XXI, são os movimentos que obrigam uma abertura política favorável ao atendimento das demandas daqueles que protestam nas ruas.

A teoria dos novos movimentos sociais nos faz lembrar que, embora o Brasil seja visto como um país culturalmente passivo, temos na nossa história outros exemplos de movimentos sociais e ocupação das ruas muito importantes, como foram as Diretas Já e o movimento dos Caras Pintadas. Logo, não é apenas a cultura que determina a mobilização das massas, mas outros elementos estruturais e conjunturais precisam ser considerados. Nesse sentido, a teoria dos novos movimentos sociais não corresponde a essa análise ampliada.

Vemos então a necessidade de juntar os recursos teóricos que cada teoria nos oferece para ter uma visão holística das causas, forma de organização, manutenção e motivos de desmobilização de um movimento social, tendo em vista que nenhuma teoria é satisfatoriamente completa. Além disso, a junção dos dualismos que Melucci (1989) identifica entre os paradigmas analíticos das teorias dos movimentos sociais apresentaria grande utilidade. Ou seja, juntar as visões da percepção teórica do isolamento e da solidariedade para compreender as circunstâncias que formam um movimento social, como ela se mantém e os fatores que atraem a identificação da população.

A outra junção favorável seria a junção da perspectiva teórica estrutural, por um lado, e motivacional, por outro. Dessa forma, conseguiremos analisar os movimentos sociais não

apenas como uma organização racional ou organização estruturada por motivos emocionais, mas como resultado da equação da soma dessas duas variáveis como dois lados de uma mesma moeda. Uma relação dialética se forma entre fatores racionais e pessoais, socioeconômicas e culturais para a ocorrência da ação coletiva. Logo, a visão de complementação dessas teorias e das 3 principais correntes teóricas das Ciências Sociais para o estudo dos movimentos sociais destacadas por Gohn (2008), e não de exclusão ou superação, é necessária para direcionar as lacunas nesse campo de estudo.

Referências

ALONSO, Angela. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova [online]*, São Paulo, n. 76, p.49-86.

ANDERSON, Perry. (2000), Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.09-37.

BAUMAN, Zygmunt. (2001), *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Zahar.

BORÓN, Atílio et.al. (1998). A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra, p.139-180.

CASTELLS, Manuel. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.

GIDDENS, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

GIDDENS, Anthony. (2007). *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.

GOHN, Maria da Glória. (2006). *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo, Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. (2008). *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

KRASNER, Stephen D. (1999). *Sovereignty: organized hypocrisy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Laclau, Ernesto. (1986). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista*
Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm].
Acesso em: [02 nov. 2014].

MELUCCI, Alberto. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, junho.

PUIG, Salvador Martí. (2004). Los movimientos sociales en un mundo globalizado: ¿alguna novedad?. *América Latina Hoy*, Universidade de Salamanca, v. 36, p. 79-100, abril.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. (2011). Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 9, p. 81-91, fevereiro.